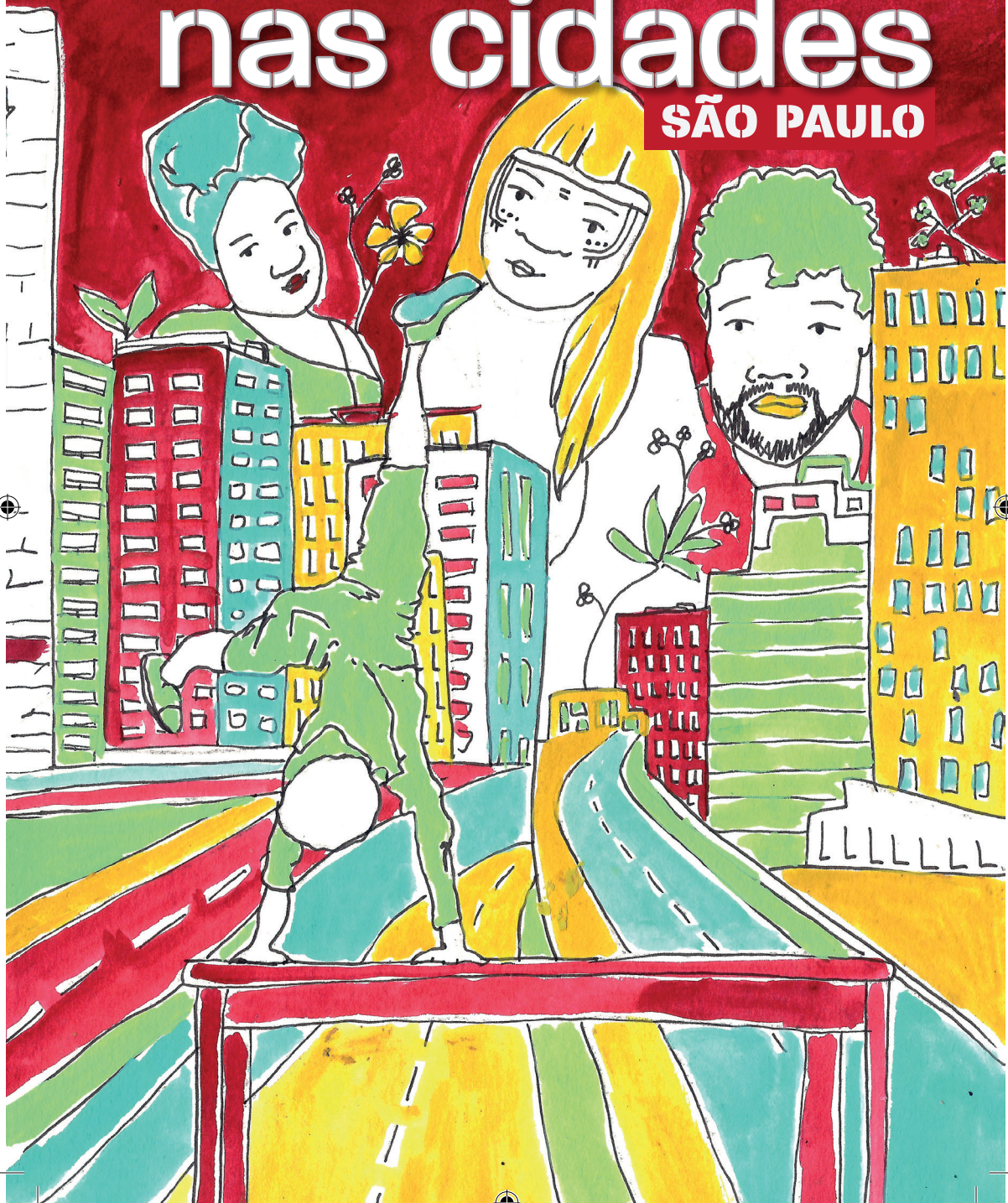


GUIA

Juventudes nas cidades

SÃO PAULO



Sumário

Juventudes e desigualdade	3
Introdução	5
Direito à cidade	6
Mobilidade	7
Identidade Jovem	8
Moradia	9
Espaço público	9
Meio ambiente	10
Educação	11
Ensino Médio	12
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	12
Ensino Técnico	12
Ensino Superior	14
Bolsas Prouni	16
Cursinhos populares	16
Trabalho e Renda	18
Reformas trabalhista e da Previdência	18
Cultura	23
Espaços de cultura	23
Fomento	24
Direitos humanos e diversidade	27
Enfrentamento ao Racismo	27
Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	28
Direitos Sexuais e Reprodutivos (DSDR)	29
Direitos e políticas para a população LGBT	29
Expediente	31

Juventudes e desigualdade

por Rafael Georges e Tauá Pires

O debate sobre desigualdade é urgente nos tempos atuais, mas como isso afeta às juventudes? Atualmente o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo em matéria de renda¹. O ano de 2017 ficou marcado por mais de 45 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza², enquanto os cinco maiores bilionários do país possuíam juntos a riqueza equivalente à da metade mais pobre da população³. Infelizmente, se não forem assumidas mudanças no sentido da redistribuição de renda e de justiça fiscal, a tendência é de agravamento desse quadro.

A geração jovem, o que compreende a faixa etária entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude⁴, é um segmento muito importante para o desenvolvi-

mento de um país. Essa é a fase da conclusão dos estudos, da transição escola-trabalho, do ingresso no ensino superior, das definições profissionais, da constituição de famílias, da mudança de moradia e, principalmente, do auge criativo. A trajetória juvenil depende das experiências que os jovens terão ao longo desse período e das condições que forem estabelecidas para o exercício pleno dos seus direitos na sociedade.

Quando consideramos elementos como território, gênero, raça e classe observamos vários tipos de desigualdade. É possível que numa mesma cidade existam jovens que façam o caminho para a escola em carros super confortáveis e blindados, enquanto tantos outros estudem em situações precárias e enfrentem várias adversidades para chegar na escola. Espelhos turvos de uma mesma

¹ PNUD. 2017. "Relatório de Desenvolvimento Humano 2016".

² Banco Mundial, 2017. Novos padrões de cálculo de linha da pobreza para países de renda média e média alta (caso do Brasil), consideram a linha da pobreza acima dos USD 1,90 por dia por pessoa. No caso brasileiro, ela seria de USD 5,50 por dia por pessoa.

³ OXFAM. 2018. "Recompensem o trabalho, não a riqueza." Disponível em <https://www.oxfam.org.br>.

⁴ Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013

realidade, com inúmeros outros reflexos.

As recentes políticas de austeridade econômica, como corte de gastos públicos e redução ou finalização de políticas de inclusão social, seguramente afetam mais as mulheres, negros e jovens. A Emenda Constitucional (EC) 95, impacta – sobretudo – as possibilidades de futuro dos jovens, na medida em que congela os gastos em educação, que é uma política que acompanha a juventude por quase todo seu desenvolvimento. A precarização do ensino público deve agravar ainda mais os altos índices de evasão escolar no ensino fundamental, e de falta de acesso ao ensino universitário por parte da juventude brasileira.

Outro exemplo de impacto geracional é a Reforma Trabalhista. De acordo com estudo da OIT⁵, a taxa de desemprego entre os jovens no Brasil é a maior dos últimos 27 anos, com 30% das pessoas de 15 a 24 anos em busca de uma ocupação, praticamente o dobro da média mundial, de 13,1%.

Na busca por uma sociedade mais justa, equitativa e igualitária, o papel do Estado é fundamental para garantir a redistribuição dos recursos e provimento dos bens

e serviços públicos. Tendo o Brasil uma herança de colonização e escravidão, a perspectiva de políticas públicas junto com reparação histórica é algo que deve ser refletido de forma integrada. O que significa que além da questão econômica, o fator racial é algo que também estrutura as desigualdades no país.

Esse enfrentamento urgente das desigualdades é importante também para vivermos em uma sociedade menos violenta, já que exclusão social caminha junto com o aumento da violência. Novamente os jovens são os mais afetados seja pela criminalidade, seja pelos índices de assassinatos. A maioria das 58 mil pessoas que morrem assassinadas por ano é de jovens negros entre 15 e 29 anos.

Por fim, a juventude é acima de tudo um agente de mudança que apresenta para a sociedade novas formas de discutir os problemas gerados pelas desigualdades. Os jovens nos provocam a pensar em novas soluções, com base naquilo que estão experimentando em sua realidade cotidiana. Observar e aprender com os jovens também significa contribuir para pensar em soluções maiores para o conjunto da sociedade brasileira.

⁵ Organização Mundial do Trabalho (OIT), 2017. Relatório "Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017"

Introdução

O Guia “Juventudes nas Cidades” é um instrumento de conhecimento e defesa do nosso direito à cidade. Nele você encontrará informações sobre leis, políticas públicas e oportunidades profissionais e de formação, públicas e/ou gratuitas, que podem te ajudar a pensar sobre o futuro.

Não podemos ignorar que o nosso país atravessa uma grave crise econômica e política, em que vários dos nossos direitos estão ameaçados. Por isso, além de saber sobre o que existe na cidade, para buscarmos oportunidades e melhores condições de vida, precisamos nos informar sobre como lutar por um mundo melhor, mais justo e equitativo para todas as pessoas. Também incluímos aqui

algumas iniciativas de grupos voltadas para a juventude, que apesar das dificuldades mantêm a luta por mais direitos.

Este guia foi elaborado no âmbito do projeto “Juventudes nas Cidades”, por iniciativa das organizações Oxfam Brasil, Ação Educativa, Fase PE, Fase RJ, Ibase, Inesc e Instituto Pólis. Nas cidades do Distrito Federal e entorno, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo foram realizadas oficinas, encontros autogestionados e reuniões com jovens de diferentes grupos e coletivos. Ele é resultado do esforço coletivo de debate e mobilização em prol da democracia no país e da luta por direitos.

Esperamos que ele seja útil não só para você, mas também para os seus colegas, amigos e familiares.



Direito à cidade

A ideia de Direito à Cidade surge em 1968, concebendo, sobretudo, **o direito de transformar e renovar a cidade a partir de nossas necessidades e desejos como seres humanos e não em favor do capital.**

Passados 50 anos, muitos movimentos sociais e populares apropriaram-se desse direito, dando a

ele novos significados a partir de suas lutas. No entanto, para muitas pessoas, a cidade continua sendo um ambiente precário, inacessível e violento. A luta pelo Direito à Cidade continua atual e necessária. Uma prova disso foram as jornadas de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas do Brasil reivindicando cidades mais justas e melhores serviços públicos.

Atualmente, entende-se que o

ESTATUTO DA JUVENTUDE (LEI Nº 12.852/2013): define quais são os direitos da população jovem entre 15 e 29 anos, além dos princípios e das diretrizes para as políticas de juventude nos âmbitos federal, estadual e municipal. O Estatuto da Juventude é fruto de um processo de mobilização que inclui a elaboração de um plano nacional para as políticas de juventude e organismos como secretarias e conselhos para elaborá-las e executá-las.

“Direito à Cidade é o direito de todos os habitantes, presentes e futuros, permanentes e temporários, de habitar, usar, ocupar, produzir, transformar, governar e desfrutar de cidades, aldeias e assentamentos humanos justos, inclusivos, seguros e democráticos, definidos como bens comuns essenciais para uma vida decente, que devem ser compartilhados e beneficiar todos os membros da comunidade”.

O direito à cidade significa garantir cidades que sejam livres de discriminação; com igualdade de gênero; que abracem minorias e promovam diversidade étnica, racial, sexual e cultural; com maior participação política; e com economias diversas e inclusivas. Esse direito está previsto nos tratados internacionais de direitos humanos e também nas normas brasileiras, especialmente a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

A efetivação desse direito requer o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos, juntamente com os princípios e direitos específicos que somente o Direito à Cidade prevê: as funções sociais da terra, da propriedade e da cidade; a luta contra a discriminação socioespacial; espaços públicos de qualidade; e ligações rural-urbanas sustentáveis e inclusivas.

A Constituição garante que todos podem ir e vir, circular pelo território livremente, e para a juventude não é diferente.


MOBILIDADE

Como você circula na sua cidade? Anda a pé, usa bicicleta, transporte coletivo ou carro? Quanto tempo demora para chegar em casa, no trabalho ou na escola? Se quiser sair para se divertir, tem como voltar para casa? As mulheres se sentem seguras em seus trajetos?

Todas essas questões dizem respeito à nossa **mobilidade urbana, que são as condições para as pessoas se locomoverem em uma cidade**. A Constituição garante que todos podem ir e vir, circular pelo território livremente, e para a juventude não é diferente. No entanto, enfrentamos diversos problemas para nos locomovermos, como o alto preço das passagens e a escassez ou mesmo falta do serviço em algumas regiões da cidade.

Algumas políticas foram criadas para tentar solucionar os problemas de mobilidade, dentre elas o Plano Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Nº 12.587/2013), baseado na ideia de um desenvolvimento urbano sustentável e democrático. Para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, as condições de acesso a transporte e trân-





A moradia é um direito social que deve ser garantido pela União, estados e municípios

sito na cidade estão asseguradas pela Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão com Deficiência. Além disso, em 2015, foi aprovada a Emenda Constitucional 90, que tornou o transporte um direito social constitucional, assim como a saúde e a educação. E para a juventude como um todo, o direito ao passe livre estudantil ou às passagens com valor reduzido é uma das maiores conquistas.

IDENTIDADE JOVEM

Também conhecida como ID Jovem, foi criada a partir do Estatuto da Juventude. Tem benefícios como a meia-entrada para eventos culturais e esportivos e vagas gratuitas ou com descontos em transportes coletivos. Tem direito todo mundo que: tem entre 15 e 29 anos, sendo estudante ou não; possui renda familiar de até dois salários mínimos; tem cadastro atualizado no CadÚnico e com o Número de Identificação Social – NIS. Procure o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social mais perto de você para ter mais informações sobre a ID Jovem: <https://bit.ly/2kUr18X>.

Em São Paulo, estudantes têm direito ao Passe Livre ou à meia passagem.

▪ **Passe Livre:** Tem direito à gratuidade quem mora a mais de um quilômetro do local onde estuda e somente para duas viagens de ônibus com até quatro embarques no intervalo de duas horas, e até dois embarques por dia no Metrô e CPTM. No caso do ônibus, o curso precisa ser no município de São Paulo e, para o sistema de trilhos, na região metropolitana ou em municípios atendidos pela CPTM. Além disso, é preciso ser estudante de escolas públicas (municipais, estaduais ou federais); do ProJovem Urbano; ou de cursos superiores em instituições privadas beneficiárias de programas governamentais PROUNI, FIES, Escola da Família e Cotas Sociais O passe livre também vale para estudantes do ensino técnico ou de universidades públicas ou privadas com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo, cadastrados no CADÚNICO.

▪ **Meia passagem:** tem direito quem é estudante de: escolas privadas; ensino superior da rede pública ou privada; cursos técnicos e profissionalizantes públicos ou privados após análise. Para mais informações, consulte o site da SPTrans: <http://estudante.sptrans.com.br/>.

MORADIA

O direito à moradia integra o direito a um padrão de vida adequado. Não se resume a apenas um teto e quatro paredes, mas ao direito de toda pessoa ter acesso a um lar e a uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental. A moradia adequada deve garantir: segurança da posse; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; adequação física às necessidades de cada família (habitabilidade); localização adequada com oportunidades de desenvolvimento econômico, social e cultural.

O problema da moradia atinge milhares de famílias em todo o país, a grande maioria delas com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. A falta histórica de políticas habitacionais apropriadas associada a especulação imobiliária produziu cidades excludentes, nas quais a população de baixa renda não consegue ter acesso a uma moradia bem localizada e com padrões adequados.

Por isso, para promover o direito à moradia é fundamental que exista uma diversidade de políticas urbanas e programas habitacionais que dialoguem com as diversas necessidades das diferentes famílias: locação social,

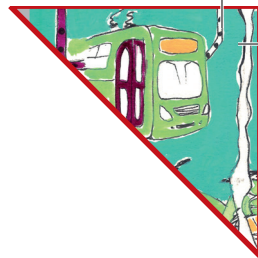
produção de novas habitações bem localizadas na cidade, combate à especulação imobiliária e ocupação de imóveis vazios, urbanização de favelas e regularização fundiária.

ESPAÇO PÚBLICO

O direito à cidade também inclui o direito à apropriação do espaço público, aquele que é de uso comum e posse coletiva. O uso de ruas, praças e parques para atividades culturais, políticas e de lazer está cada vez mais na pauta dos moradores das cidades brasileiras.

Uma série de iniciativas populares, das regiões mais centrais às mais periféricas, reivindica a democratização desses espaços. Muitas dessas iniciativas contestam a apropriação privada de espaços livres que já são de uso da população, como a luta pelo Parque Augusta e pelo Parque dos Búfalos, em São Paulo.

Quando existem iniciativas vindas do Poder Público, a população rapidamente incorpora nos seus hábitos o uso dos espaços comuns. É o que se tem percebido desde a implementação do Programa Ruas Abertas em São Paulo (Lei nº16.607/2013), que prevê que, em todas as prefeituras regionais, algumas ruas fiquem abertas às manifestações artísticas,





culturais e esportivas, pactuadas com a administração.

Mas nem sempre é uma relação fácil. A ocupação do espaço público muitas vezes provoca tensões com a administração municipal ou a polícia, e com outros moradores.

MEIO AMBIENTE

Temos direito a uma vida digna e à preservação dos recursos naturais, o que é responsabilidade das pessoas, da sociedade e do Estado. Nas cidades, há uma série de espaços naturais que devem ser preservados e cuidados para o bem-estar de toda a comunidade. Mas é importante observar que essas áreas não estão igualmente

distribuídas no espaço urbano, de forma que é preciso reivindicar uma maior democratização de parques, praças e áreas verdes.

Outra questão fundamental é assegurar a integração entre os espaços urbanos, rurais e ambientais, preservando práticas e saberes. Os movimentos agroecológicos são um bom exemplo de iniciativas que promovem o aproveitamento de espaços para o cultivo de alimentos e criações de animais. Em São Paulo, a rede Permaperifa realiza eventos itinerantes bimestrais, com um mutirão para fortalecimento dos espaços onde as atividades acontecem. <https://www.facebook.com/REDEPERMAPERIFA/>





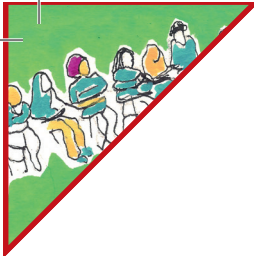
Educação

II

O acesso ao ensino visa “o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, conforme o artigo 54º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A educação não está apenas relacionada ao nosso futuro profissional, mas também a um meio de conhecer a nossa história, o mundo ao nosso redor e de que maneira podemos transformá-lo.

O direito à educação está previsto na Constituição Federal e é detalhado por outras

leis, como o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996). No entanto, embora a oferta pública do Ensino Básico, Fundamental e Médio esteja garantida, as leis não delimitam bem a responsabilidade do poder público com a oferta de vagas no Ensino Superior – que incluem Institutos Federais e Universidades (estaduais e federais). Por isso, diversos movimentos sociais reivindicam a sua democratização, através de cotas, políticas de permanência e ampliação do acesso.



ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, antigo 2º Grau, é a etapa final da Educação Básica. Está estruturado em três anos e tem duração mínima de 2.400 horas. Além de consolidar conhecimentos que aprendemos no Ensino Fundamental, o Ensino Médio deve promover pensamento crítico e a formação ética, bem como preparar para o mundo do trabalho e exercício da cidadania. Ele deve dialogar com a realidade da juventude, suas questões imediatas e também seus projetos futuros.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

É uma modalidade de ensino destinada a jovens e adultos que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade esperada. Tem como um dos seus objetivos facilitar as condições de conclusão de cada etapa e garantir a alfabetização da população.

É possível obter o diploma de Ensino Fundamental ou Médio através do Exame Nacional para Certificação de Competências de

Jovens e Adultos (Encceja). As inscrições são gratuitas e acontecem uma vez ao ano. Para mais informações, consulte o site do Inep: <http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja>

Em São Paulo, a Prefeitura oferece a modalidade para a conclusão do Ensino Fundamental e o governo do Estado para os níveis Fundamental e Médio. Para saber mais: <https://bit.ly/2JqBMdZ> e <https://bit.ly/1qwQ5vU>.

ENSINO TÉCNICO

O ensino técnico visa uma entrada mais rápida no mundo do trabalho para quem está cursando ou terminou o Ensino Médio, e para trabalhadoras/es e beneficiárias/os dos programas federais de transferência de renda (como Bolsa Família). Existem três tipos de cursos técnicos:

- **Integrado:** ao terminar o ensino fundamental, a pessoa faz uma única matrícula no estabelecimento de ensino especializado. No final da formação, recebe certificado de conclusão do ensino médio e diploma do curso técnico.

O **Plano Nacional de Educação** entrou em vigor em 2014 e estabelece metas para um período de dez anos, ou seja, até 2024. A base dessa lei foi elaborada pela 1ª Conferência Nacional de Educação, com participação de diversos movimentos de luta pelo direito à educação. Uma das pautas incorporadas no Plano é o aumento do investimento público nessa área, que deve chegar a 10% do PIB brasileiro.



Pensamos na educação como um meio de conhecer o mundo e como podemos transformá-lo.

- **Concomitante:** é preciso fazer duas matrículas em escolas diferentes, em uma escola de ensino médio e em outra que oferece o curso técnico. Ao final, você recebe dois certificados de conclusão, mas de estabelecimentos distintos.
- **Subsequente:** você faz o curso técnico apenas depois de terminar o ensino médio, ou seja, depois de concluir a educação básica.

Para mais informações acesse o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>.

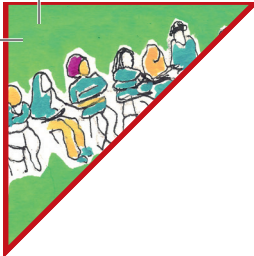
Onde estudar

- **Escolas Técnicas Estaduais (Etecs):** O Centro Paula Souza oferece 143 cursos nas áreas Industrial, Agropecuária e de Serviços. No município de São Paulo, são 44 escolas. Há também unidades em outras cidades da região metropolitana. A seleção é feita por um Vestibulinho, duas vezes por ano. Há bônus na pontuação para candidatos pretos e pardos ou que tenham estudado em escolas públicas. Informações: www.cps.sp.gov.br.
- **Instituto Federal:** Na capital, há dois polos do Instituto Federal

que oferecem cursos técnicos. Nos bairros do Canindé e de Pirituba, há cursos integrados (em período integral) e cursos concomitantes ou subsequentes. Há unidades também em Guarulhos e Suzano. O processo seletivo é um vestibular, realizado duas vezes por ano. Há reserva de vagas para candidatos que estudaram em escola pública, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Informações: www.ifsp.edu.br.

- **Senai:** Oferece cursos de Aprendizagem Industrial, Técnicos, Superiores de Tecnologia, e de Formação Inicial e Continuada em diversas áreas. Os cursos técnicos são oferecidos nas modalidades concomitante e subsequente, em áreas industriais como mecânica, eletrônica, telecomunicações e vestuário. São 38 escolas na capital e na Grande São Paulo, incluindo Guarulhos, Osasco, Santo André e São Bernardo. Os cursos técnicos são gratuitos, a seleção ocorre por prova realizada duas vezes ao ano. Informações: www.sp.senai.br.





ENSINO SUPERIOR

É uma etapa posterior ao Ensino Médio. Dentre as suas finalidades, destacam-se: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento e incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica.

Os cursos do ensino superior se dividem entre cursos de graduação e sequenciais. Os sequenciais são cursos de curta duração, em média de dois anos, e o diploma não conta para seleções de mestrado e doutorado e para alguns concursos públicos. Os cursos de graduação, por sua vez, podem ser de três tipos:

- **Tecnológicos:** em geral, têm três anos de duração e são focados em uma área de atuação.
- **Bacharelados:** são mais longos, de no mínimo quatro anos, e mais abrangentes, com formação mais generalista.
- **Licenciatura:** oferecem formação para a atuação como pro-

fessor no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Acesso ao ensino superior

A principal porta de acesso à graduação se dá através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A prova é realizada em dois dias, e tem 180 questões objetivas e discursivas, divididas em: linguagens e códigos, matemática, ciências da natureza e ciências humanas – além da redação. Saiba mais: <http://enem.inep.gov.br/>.

As Instituições públicas de ensino oferecem vagas para estudantes que fizeram o ENEM através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Pela Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012) na inscrição no Sisu a pessoa pode optar por concorrer às vagas abertas ou às vagas reservadas por critérios socioeconômicos e raciais. Saiba mais: <http://sisu.mec.gov.br/>.

Além de instituições federais de ensino superior – para as quais o acesso é por meio do Sisu – há também universidades estaduais, que realizam vestibulares próprios.

Instituições de ensino superior públicas

Além de oferecer cursos gratuitos, as instituições de ensino superior públicas têm programas


Pela Lei de Cotas, 50% das vagas do Ensino Superior Federal devem ser destinadas a estudantes da escola pública

de permanência para os estudantes, que podem incluir auxílio para moradia, alimentação, transporte e bolsas. O ingresso é feito através de um processo seletivo, como vestibular ou ENEM. Há uma taxa de inscrição para participar desses processos, mas candidatos de escola pública e/ou de baixa renda podem conseguir isenção dessa taxa.

- **Universidade de Campinas (Unicamp):** Possui campi em Campinas, Limeira, Paulínia e Piracicaba. Oferece cursos de graduação nas áreas de humanidades, ciências biológicas e ciências exatas. O processo seletivo é via Vestibular (Comvest), ENEM, e prova de aptidão para alguns cursos. www.unicamp.br
- **Universidade de São Paulo (USP):** Possui campi em São Paulo, Bauru, Ribeirão Preto, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga e Lorena. Oferece cursos de graduação nas áreas de ciências biológicas, ciências exatas, humanidades, multidisciplinares. www.usp.br
- **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp):** Possui campi em diversas cidades do estado e oferece cursos de graduação nas áreas de humanidades, ciências exatas, ciências biológicas e saúde. www.unesp.br
- **Universidade Federal de São Paulo (Unifesp):** Possui campi na Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos e São Paulo. Oferece cursos nas áreas de ciências biológicas, exatas e humanas. www.unifesp.br
- **Universidade Federal do ABC:** A Universidade Federal do ABC (UFABC) oferece cursos nas áreas de Ciência e Tecnologia e Ciência e Humanidades. Possui dois campi, em Santo André e em São Bernardo do Campo. www.ufabc.edu.br
- **Universidade Federal de São Carlos (UFSCar):** Possui Campi em Araras, São Carlos e Sorocaba. Oferece cursos de graduação nas áreas de ciências biológicas, ciências exatas e humanidades. www.ufscar.br
- **Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA):** Fica em São

Quem é de escola pública e/ou baixa renda pode solicitar isenção da taxa de inscrição nos vestibulares





Os cursinhos populares oferecem aulas de preparação para o vestibular e Enem, e também são espaços de formação política

José dos Campos. Oferece cursos de graduação em Engenharia Aeronáutica, Engenharia Mecânica, Engenharia Civil, Engenharia Eletrônica, Engenharia de Computação, Engenharia Aeroespacial. A entrada é por vestibular e prova de aptidão. www.ita.br

- **Fatec – Centro Paula Souza:** Oferece cursos superiores de tecnologia, em diversas áreas, com três anos de duração. Há faculdades em diversos municípios do estado. www.cps.sp.gov.br/category/fatec
- **Instituto Federal de São Paulo:** O IFSP tem campi em 30 cidades do estado de São Paulo, incluindo a capital e Guarulhos. Oferece cursos tecnológicos, de bacharelado (principalmente engenharia) e licenciaturas em ciências exatas e biológicas. www.ifsp.edu.br

BOLSAS PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) oferece bolsas

integrais e parciais para cursos superiores em instituições privadas. Para participar, é preciso ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano anterior e obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas. A nota da redação também não pode ser zero. Para concorrer à bolsa integral, o estudante deve comprovar renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, a renda familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Saiba mais: <http://siteprouni.mec.gov.br/>.

CURSINHOS POPULARES

Desde o final da década de 1990, surgiram no Brasil cursinhos pré-vestibulares populares, comunitários e alternativos. Gratuitos ou com mensalidades mais acessíveis, esses espaços oferecem aulas de preparação de jovens para exames como o vestibular e o ENEM e às vezes são espaços de formação política, que discutem questões como a implementação de ações afirmativas, cotas e de inclusão no nível superior de ensino. Veja alguns que existem na nossa cidade:

- **Cursinho Uneafro:** É uma rede de cursinhos, em diversas regiões, voltados para preparar

a juventude negra e empobrecida para o ingresso em universidades e concursos públicos. Telefone: (11) 3105-2516 | uneafrobrasil@gmail.com. www.uneafrobrasil.org.

▪ **Cursinho Educafro:** Oferece aulas voltadas para afrodescendentes e famílias de baixa renda. Telefones: (11) 3106-3411 / 3119-0341. www.educafro.org.br.

▪ **Rede Emancipa:** A Rede Emancipa é um movimento social de cursinhos pré-universitários populares que tem o objetivo de inserir estudantes de baixa

renda nas universidades. <https://www.facebook.com/RedeEmancipa/>.

▪ **Cursinho Popular Mafalda:** Oferece cursos gratuitos preparatórios para o ENEM e de idiomas para estudantes e ex-estudantes da rede pública e jovens de baixa renda. <http://mafaldameraki.org.br/> e www.facebook.com/CursinhoMafalda.

▪ **A Frente de Cursinhos Comunitários e Populares de São Paulo:** traz informações sobre diversas outras iniciativas. <https://www.facebook.com/frentedecursinhos/>






Trabalho e Renda

A juventude brasileira está muito presente no mundo do trabalho. Quase 30% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão na População Economicamente Ativa (PEA), um número expressivo, ainda que a participação tenha diminuído na última década. Essa entrada no mundo do trabalho, no entanto, é marcada por condições mais desfavoráveis em relação aos adultos, com alta rotatividade, maior desemprego e informalidade. Para piorar esse quadro, algumas mudanças recentes nesse âmbito impactam diretamente a juventude.

REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA

Recentemente, duas reformas entraram em discussão no país, a da Previdência e a Trabalhista. A Reforma Trabalhista já foi aprovada pelo Congresso Nacional e a sua principal mudança é a flexibilização dos vínculos de trabalho. Com a mudança, as empresas podem contratar profissionais sem horário fixo e chamá-los conforme a necessidade de serviço. Ela permite ainda que negociações entre patrões e empregados prevaleçam sobre a legislação, mesmo quando trazem prejuízos ao




trabalhador. Já a Reforma da Previdência ainda está em discussão e diz respeito aos critérios e condições de aposentadoria. Dentre as propostas, está a ampliação do tempo de contribuição para quem está em trabalhos formais. Apesar de parecer uma realidade distante quando se é jovem, é importante ter atenção ao debate sobre a reforma, porque ela impacta diretamente nossos planos de futuro.

Uma alternativa para a inserção no mundo do trabalho é através dos programas de estágios e de aprendizagem, que têm jornadas menores e que podem ser conciliados com a vida escolar.

Jovem Aprendiz

É uma modalidade de trabalho para jovens, entre 14 e 24 anos (exceto no caso de pessoas com deficiência), associada à formação profissional. Os jovens devem estar cursando ensino fundamental ou médio e frequentar ensino técnico profissional, em convênio com a empresa. O contrato é de no máximo dois anos, com carteira de trabalho assinada e com os direitos trabalhistas, como férias e 13º, garantidos. A jornada deve ser de até seis horas por dia, podendo chegar a oito caso o aprendiz já tenha concluído o ensino médio e se as horas considerarem a aprendizagem teórica. Cada em-



A Reforma Trabalhista reduziu os direitos dos trabalhadores; suas consequências afetam o futuro de quem entra agora no mercado de trabalho

presa tem a sua forma de seleção e o ideal é pesquisar na internet quais são as vagas disponíveis na sua região.

Estágios

Pela Lei de Estágios (Lei nº 11.788/2008) em vigor, o estágio é uma atividade educativa desenvolvida no ambiente profissional, mas que não caracteriza relação de emprego. Podem estagiar estudantes de ensino médio e superior, da educação profissional e do ensino fundamental na modalidade profissional (caso da Educação de Jovens e Adultos). O estagiário deve ser acompanhado por um professor-orientador e, pelo lado do contratante, por um supervisor. Para o ensino médio regular e profissional, e para superior, a jornada não pode passar de seis horas por dia e 30 por semana. No caso em que o estágio não é obrigatório, deve haver bolsa ou outra forma de remuneração e auxílio-transporte. Também é importante saber que agentes de interação não podem cobrar qualquer taxa dos estudantes.



PRONATEC

Criado em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. É realizado em parceria com instituições de ensino públicas e privadas. Se destina prioritariamente a:

- I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II - trabalhadores e trabalhadores (incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores);
- III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e
- IV - estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

Aprendizagens e estágios são alternativas para a inserção de jovens no mundo profissional

A quantidade de vagas disponibilizadas não é divulgada. Para mais informações sobre o Programa: <http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro/>. Também é possível obter informações junto aos Postos Municipais de Trabalho.

OPORTUNIDADES DE TRABALHO

- **Portal Mais Emprego:** No site é possível obter informações sobre seguro-desemprego e abono salarial, cadastrar seu currículo para vagas de trabalho de acordo com seu perfil profissional e encontrar cursos de qualificação. <http://maisemprego.mte.gov.br>.
- **Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE):** São postos da Prefeitura de São Paulo que aproximam quem está procurando trabalho de empresas com postos abertos. Os CATEs também fazem a emissão de carteira de trabalho, oferecem cursos de qualificação, entre outros serviços. São 27 postos na cidade. Informações: <https://bit.ly/2kSztp4>.
- **Postos de Atendimento ao Trabalhador:** É uma rede estadual com oito postos na capital



e 28 na Grande São Paulo, que buscam alternativas para a inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho. Informações: <https://bit.ly/1jpfWXC>.

- **Programa Jovem Cidadão :** O Programa Jovem Cidadão oferece inclusão ao mundo do trabalho por meio de estágio remunerado nas áreas da indústria, comércio e prestação de serviços para estudantes com idade entre 16 e 21 anos, do ensino médio da rede pública estadual da Região Metropolitana de São Paulo. O estágio tem a duração de seis meses. Informações: www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br.
- **CIEE:** O Centro de Integração Empresa-Escola é uma organização privada sem fins lucrativos que intermedia vagas de estágio e aprendizagem para estudantes de nível médio, técnico e superior. Os estudantes podem se cadastrar pelo site ou pessoalmente, nas unidades. Informações: www.ciee.org.br. Telefone do Estudante: 11 3046-8211.

EMPREENDEDORISMO

Muitas vezes, decidimos cedo que queremos ter o nosso próprio negócio, para ter mais liberdade na nossa carreira ou porque

o mundo do trabalho não nos oferece outras possibilidades. Para quem é jovem e quer empreender, as maiores barreiras são a falta de recursos para investir e de experiência com a gestão de negócios. Não existem linhas de financiamento para quem não tem o histórico de crédito geralmente exigido pelas instituições bancárias.

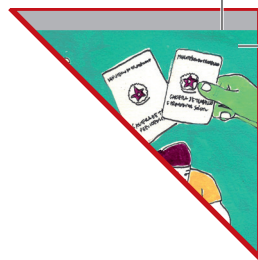
Em geral, quem quer empreender ainda jovem começa como um Microempreendedor Individual (MEI) ou em uma pequena empresa.


- **ADESAMPA:** Em São Paulo, temos a Agência São Paulo de Desenvolvimento (Adesampa), que atua como um centro de referência para micro e pequenas empresas, que dá informações e divulga eventos e cursos. Para mais informações, acesse: <http://www.adesampa.com.br/>.

Microempreendedor individual (MEI)

A maneira mais comum de se tornar empreendedor é como MEI, que abarca negó-

Na cidade, diversos espaços oferecem orientação para quem deseja abrir o próprio negócio.





A falta de recursos para investir em seus negócios é a principal barreira para o jovem que quer empreender.

cios com faturamento de até R\$ 81.000,00 por ano e que tem no máximo um empregado contratado. Antes de se cadastrar como MEI, é importante procurar a prefeitura para verificar se a atividade pode ser exercida no local desejado e se

as atividades escolhidas podem ser registradas na modalidade, para evitar problemas na formalização como o cancelamento do registro.

Além disso, o MEI é vedado em alguns casos e tem limitações para quem tem benefícios previdenciários. Para entender melhor, acesse o site www.portaldodoempreendedor.gov.br ou procure o SEBRAE mais perto de você.



Cultura

23


Cultura é uma das principais áreas de interesse da juventude. Além de ser uma forma importante de expressão e construção de identidade, as práticas culturais e o envolvimento em coletivos ou projetos abrem possibilidades de futuro e nos permitem dar visibilidade aos movimentos das periferias e favelas.

ESPAÇOS DE CULTURA

A cidade de São Paulo tem uma grande diversidade de

centros culturais, que promovem atividades de exibição e de formação, ainda que distribuídos de forma desigual na cidade e mais presentes na região central. Destacamos dois locais que, além de se localizarem em regiões periféricas, têm um olhar específico para a juventude.

- **Centro Cultural da Juventude:** O espaço, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, tem salas para apresentações, biblioteca, uma ilha para edição de áudio e



Além de ser uma forma de expressão, a cultura dá visibilidade para movimentos das periferias e favelas.

vídeo, um estúdio musical e um FabLab – laboratório de fabricação digital. Acontecem cursos e oficinas de diversas linguagens, como circo, marçhetaria e DJ. **Endereço:** Av. Deputado Emílio Carlos, 3.641, Vila Nova Cachoeirinha. Telefone: 3343-8999. Contato: ccjuve.prefeitura.sp.gov.br | comunica@ccj.art.br

▪ **Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes:**

O centro, na Zona Leste de São Paulo, conta com biblioteca, teatro, telecentro, salas para capacitação, além do primeiro cinema do bairro. O local oferece programação cultural para a população da região e cursos de formação técnica em profissões ligadas à arte e à cultura. **Endereço:** Av. Inácio Monteiro, 6900, Cidade Tiradentes. Telefone: 2555-2840. Informações: <http://bit.ly/cfctiradentes>

▪ **Informações sobre a cultura da cidade:**

A Agenda Cultural da Periferia reúne informações de eventos de hip hop, samba,

literatura, teatro, entre outros, em várias regiões da cidade. Veja em <http://www.agendada-periferia.org.br/>

FOMENTO

Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)

O programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, apoia atividades artísticas e culturais no município, principalmente de jovens e adultos de baixa renda e nas regiões que não contam com equipamentos culturais. A modalidade VAI I destina-se a projetos realizados por jovens de 18 a 29 anos, com orçamento de até R\$ 40 mil (em 2018). A modalidade VAI II não tem limite de idade e financia projetos de até R\$ 80 mil, para grupos que tenham pelo menos dois anos de atividade ou que já tenham sido contemplados pelo VAI I.

O VAI apoia diversos tipos de ação: criação em diversas linguagens artísticas, gestão de espaços, articulação de redes e formação cultural, entre outros. Uma característica importante é que a inscrição é feita por pessoas físicas, ou seja, não é necessário abrir uma empresa ou organização formal. Além disso, o processo de

inscrição é relativamente simples. As inscrições abrem normalmente no início do ano.

Mais informações no site do Programa: <http://bit.ly/programavai>

Lei de Fomento à Periferia

Fruto da mobilização de artistas e coletivos periféricos, o Programa de Fomento à Cultura de Periferia tem como objetivo ampliar o acesso à produção cultural nos territórios com maior vulnerabilidade da cidade, reconhecendo a diversidade das ações culturais nesses locais. O programa apoia projetos de coletivos (sem necessidade de CNPJ) com valores que variam de cerca de R\$ 100 mil até cerca de R\$ 300 mil, que podem ser a manutenção de espaços e arranjos produtivos, a criação e circulação de produções artísticas, a autoformação e articulação de coletivos em redes e fóruns.

Para mais informações: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>

Proac

O programa de incentivo cultural do governo de São Paulo lança cerca de 40 concursos abertos (editais) ao longo do ano, voltados para diferentes tipos de projetos. Em 2013, por exemplo, houve edi-

A tecnologia abre novos caminhos para grupos e associações que buscam financiamento para suas atividades culturais.

tais para hip hop, cultura digital, culturas negras, cultura indígena, culturas populares e tradicionais, saraus culturais, entre outros. Os editais são abertos para pessoa física ou jurídica.

Mais informações: <http://bit.ly/fomentoproac>

Funarte

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) é um órgão do governo federal que promove programas de incentivo à produção e capacitação de artistas. Os editais lançados pela Funarte compreendem diversas áreas. Para saber como participar, é preciso observar as regras de cada edital, mas normalmente são abertos para pessoas físicas e, em alguns casos, pessoas jurídicas.

Crowdfunding e financiamento coletivo pela internet

O termo crowdfunding vem do inglês e significa “financiamento pela multidão”. É como uma vaquinha, mas com ferramentas digitais que ampliam





seu alcance. Grupos de ativistas e culturais estão recorrendo a esse tipo de financiamento para financiar projetos de livros, música, festivais, cursos, entre outros. Em geral, a pessoa ou grupo é responsável por criar todo o projeto de apresentação e divul-

gação da proposta e a plataforma se responsabiliza pelo sistema de arrecadação e pelo espaço no site. Para isso, em geral se cobra uma taxa sobre o valor arrecadado. Em alguns casos, só recebe o recurso quem atingir 100% da meta proposta.





Direitos humanos e diversidade

27


Diversidade é o termo que usamos para falar das múltiplas formas de expressão humana de uma mesma realidade. Falamos em diversidade cultural, étnica, sexual, ambiental, linguística, religiosa, dentre outras. Uma sociedade mais igualitária depende do respeito à diversidade, em que haja oportunidades iguais para pessoas diferentes. Já a **discriminação** acontece quando há uma atitude hostil perante uma característica diferente. Uma pessoa pode ser discriminada por causa da sua

raça, do seu gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, situação social. Por isso, é fundamental que conheçamos alguns dos direitos e políticas que existem.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Em 1888, o Brasil aboliu a escravidão, depois de três séculos de exploração de negros e indígenas. No entanto, ela não foi acompanhada de políticas de inclusão e reparação, e muito menos de superação do racismo.

Um reflexo disso é que, até hoje, a população negra é a que



A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio no Brasil é 3,7 vezes maior do que a de um branco

mais sofre com as desigualdades. Um grave problema social no país é o **genocídio da juventude negra**. A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio no Brasil é 3,7 vezes maior do que a de um branco, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Uma das conquistas contra o racismo foi a criação de leis que enfrentam o problema. A Lei 7.716/1989 determina a pena de reclusão a quem tenha cometido atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Temos também o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas (2012), que determina que o número de negros e indígenas de instituições de ensino seja proporcional ao do estado onde a universidade está instalada. Também existe a Lei 12.990/2014, que reserva para negros e pardos 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública federal.

O SOS Racismo foi instituído em 2005 na Assembleia Legislativa de São Paulo. O serviço atende e recolhe denúncias de discrimi-

nação racial, encaminhando para os órgãos competentes. O atendimento pode ser feito na Alesp (Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - em frente ao Parque do Ibirapuera) ou pelo telefone 0800 7733 886, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h.

São Paulo também conta com a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi), que apura denúncias de homofobia, racismo e intolerância religiosa. R. Brigadeiro Tobias, 527, 3º andar, Luz. **Telefone:** (11) 3311-3555.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O Brasil tem uma das maiores taxas de feminicídios (assassinatos de mulheres devido a seu gênero) no mundo e as mulheres negras são as maiores vítimas dessa triste estatística. A luta pelo reconhecimento da violência doméstica como uma questão social ficou mais forte no Brasil por volta dos anos 1980. A partir dela, foram criadas as primeiras Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) e espaços de acolhimento para mulheres vítimas. Hoje, em diversos estados e municípios, as mulheres podem recorrer a serviços de atenção psicológica, assistência social e promoção da autonomia econômica.

O número nacional para denúncias de violência contra as mulheres é o 180. Nas nossas cidades, também temos delegacias especializadas no atendimento às mulheres e serviços de acolhimento.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS (DSDR)

Direitos Sexuais são os direitos que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer e livre de discriminação. Já os **Direitos Reprodutivos** se referem à possibilidade de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos/as e de ter a informação e os meios de assim o fazer. Além de garantir uma vivência consciente da sexualidade e das escolhas em relação à reprodução, são direitos importantes para enfrentar o problema da violência sexual.

Um dos temas mais controversos e mais debatidos dentre os DSDR é o aborto, legalizado em muitos países do mundo. No Brasil, o aborto é permitido em três casos: quando há risco de morte para a gestante; em casos de anencefalia; e quando a gravidez é decorrente de estupro.

Nos casos de violência sexual, pela legislação recente, as meninas e mulheres podem procurar imediatamente o serviço público de saúde,

A Lei Maria da Penha é o resultado da luta das mulheres pelo reconhecimento do problema da violência doméstica em nosso país

sem precisar registrar um Boletim de Ocorrência e nem fazer qualquer tipo de exame no Instituto Médico Legal (IML). Alguns hospitais são referências nesse tipo de atendimento.

Em São Paulo, o **Hospital Pérola Byington** funciona como Centro de Referência da Saúde da Mulher. Lá é possível encontrar atendimento ginecológico, planejamento familiar e em caso de violência sexual.

Endereço: Avenida Brig. Luís Antônio, 683. Tel: 3248-8000 | crsm-ouvidoria@saude.sp.gov.br

DIREITOS E POLÍTICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT

A **identidade de gênero** se refere ao gênero com o qual a pessoa se identifica e isso não está ligado à genitália (órgãos sexuais – pênis e vulva), cromossomos, gônadas e hormônios. O sexo biológico (feminino, masculino ou intersexo) não necessariamente determina a identidade de gênero. Se uma pessoa se identifica com o gênero que lhes foi designado, ela é cisgênera. No entanto, uma pessoa pode ter sido designada como do sexo masculino, mas ter uma identi-





dade de gênero feminina e vice e versa. Nesse caso, trata-se de uma pessoa trans (travesti, transexual ou transgênero) que pode passar ou não por uma série de procedimentos para adequar seu corpo à sua identidade de gênero.

A questão da identidade de gênero é parte das nossas vidas, e o preconceito em relação a isso é o principal componente de uma dura realidade: o Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo.

Dentre os direitos conquistados, está o direito ao uso do nome social. Desde 2016, pessoas trans têm direito ao uso do nome que elas escolhem ao assumir sua identidade de gênero, em órgãos federais, empresas estatais, ministérios e universidades federais. Também existe uma resolução federal que garante o uso do nome social em escolas. Parece algo pequeno, mas respeitar o nome e o gênero pelo qual a pessoa se identifica é uma forma de respeito. Hoje, alguns lugares dispõem de serviços de orientação e apoio para pessoas trans.

Já **orientação sexual** é a atração sexual e/ou afetiva em relação às outras pessoas. Apesar da diversidade de orientações sexuais ser uma característica humana, presente nas mais diversas sociedades, o preconceito com homossexuais ainda é muito presente no nosso

país. A homofobia corresponde a qualquer ato ou manifestação de ódio, aversão, repulsa, rejeição ou medo (muitas vezes irracional) contra os homossexuais, gays, lésbicas, bissexuais, o que tem levado a muitos tipos de violência, seja social, psicológica ou física.

▪ **Centro de Referência e Defesa da Diversidade:**

O centro oferece atendimento social e jurídico, oficinas e espaço de convivência. Lá a população LGBT pode encontrar orientações para emissão de documentos, encaminhamento para programas sociais e emprego.

Endereço: Rua Major Sertório, 292/294 – República. **Tel:** (11) 3151-5786 e 11 3151-5783.

▪ **Centro de Cidadania LGBTI:**

o espaço da Prefeitura de São Paulo faz atendimento jurídico, psicológico e social a vítimas de violência e discriminação pela orientação sexual e identidade de gênero, realiza cursos e oficinas e media o acesso a políticas municipais, como o Transcidadania, programa de educação e inserção profissional para transexuais e travestis. **Endereço:** Rua Visconde de Ouro Preto, 118, Consolação. **Tel.:** (11) 3225-0019 **Email:** centrodecidadanialgbt@prefeitura.sp.gov.br

Expediente

PROJETO JUVENTUDES NAS CIDADES

- **Realização:** Oxfam Brasil, Ação Educativa, Criola, Fase, Ibase, Inesc e Instituto Pólis.
- **Guia Juventudes nas Cidades**
- **Coordenação geral:** Bárbara Lopes/Ação Educativa e Priscilla Brito
- **Conteúdo nacional:** Priscilla Brito
- **Texto Juventudes e Desigualdades:** Rafael Georges e Tauá Pires (Oxfam Brasil)
- **Conteúdos locais:** Carmela Zigoni, Daniela Rueda e Alex Martins Silva (DF); Rud Rafael e Monica Oliveira (PE); Marina Ribeiro, Rachel Barros e Bianca Arruda (RJ); Bárbara Lopes (SP)
- **Diagramação:** Marcio Caparica
- **Ilustrações:** Natalia Xavier
- **Revisão:** Bárbara Lopes, Helen Cordeiro, Priscilla Brito, Maria Virgínia de Freitas e Tauá Pires.



*Este guia é dedicado a **Giovanna de Moura** (1997-2018), atriz, dançarina e ativista feminista e antirracista, participante do projeto Juventudes nas Cidades. Giovanna, presente!*



PARCERIAS

